

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2020018628

SOLICITANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATALÃO

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto a aquisição de medicamentos, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do subtópico 2.1 e nas condições estabelecidas neste Instrumento.

2. AVALIAÇÃO DO CUSTO E DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO

2.1. Os medicamentos e quantidades a serem adquiridos são os descritos na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UNID.	QUANT.	PREÇO MÉDIO UNIT.	PREÇO MÉDIO TOTAL
01	ÁCIDO ASCÓRBICO 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 5 ML IM/IV	AMPOLA	500	R\$	R\$
02	ACIDO TRANEXÂMICO 50 MG/ML AMPOLA DE 5 ML	AMPOLA	600	R\$	R\$
03	ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, COMPOSTO DOS ÁCIDOS CAPRÍLICO, CÁPRICO, LÁURICO, LINOLÉICO, LECITINA DE SOJA, ASSOCIADOS COM VITAMINAS "A" E "E", LOÇÃO OLEOSA FRASCO 200 ML	FRASCO	3.000	R\$	R\$
04	ÁGUA PARA INJETÁVEIS SOLUÇÃO LÍMPIDA, HIPOTÔNICA, ESTÉRIL E APIROGÊNICA 1000 ML	BOLSA	100	R\$	R\$
05	ÁGUA PARA INJETÁVEIS SOLUÇÃO LÍMPIDA, HIPOTÔNICA, ESTÉRIL E APIROGÊNICA 10 ML	AMPOLA	10.800	R\$	R\$
06	ÁGUA PARA INJETÁVEIS SOLUÇÃO LÍMPIDA, HIPOTÔNICA, ESTÉRIL E APIROGÊNICA 5 ML	AMPOLA	500	R\$	R\$
07	ALBUMINA HUMANA 20% (SOLUÇÃO HIPERONCÓTICA DE ALBUMINA HUMANA PARA INFUSÃO 0,2 G/ML) FRASCO 50 ML	FRASCO AMPOLA	100	R\$	R\$
08	ALFAPORACTANTO SURFACTANTE DE ORIGEM PORCINA (FRAÇÃO FOSFOLIPÍDICA DE PULMÃO PORCINO) INTRATRAQUEAL OU	FRASCO AMPOLA	06	R\$	R\$

	INTRABRONQUIAL ESTÉRIL 80 MG/ML SUSPENSÃO ESTÉRIL 3 ML				
09	AMICACINA, SULFATO - SOLUÇÃO INJETÁVEL 100 MG (50 MG/ML) AMPOLA DE 2 ML	AMPOLA	250	R\$	R\$
10	AMINOFILINA 24 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML EV	AMPOLA	550	R\$	R\$
11	AMIODARONA, CLORIDRATO - SOLUÇÃO INJETÁVEL 50 MG\ML IV AMPOLA DE 3 ML	AMPOLA	150	R\$	R\$
12	AMPICILINA 1000 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL IV\IM	FRASCO AMPOLA	550	R\$	R\$
13	AMPICILINA 500 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL IV/IM	FRASCO AMPOLA	350	R\$	R\$
14	ATROPINA MONOIDRATADO; SULFATO DE - 0,25 MG/ML IV SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML	AMPOLA	450	R\$	R\$
15	BENZILPENICILINA BENZATINA - PÓ PARA SUSPENÇÃO INJETÁVEL 600.000UI	FRASCO AMPOLA	150	R\$	R\$
16	BENZILPENICILINA BENZATINA - PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL 1.200.000 UI	FRASCO AMPOLA	350	R\$	R\$
17	BENZILPENICILINA POTÁSSICA - PÓ SOLUÇÃO INJETÁVEL 5.000.000 UI	FRASCO AMPOLA	150	R\$	R\$
18	BENZILPENICILINA PROCAÍNA + BENZILPENICILINA POTÁSSICA - PÓ PARA SUSPENSAÇÃO INJETÁVEL 300.000 + 100.000 UI	FRASCO AMPOLA	250	R\$	R\$
19	BERACTANTO SURFACTANTE PULMONAR BOVINO SUSPENSÃO INTRATRAQUEAL ESTÉRIL 25 MG/ML DE DOSE ÚNICA DE 4 ML VIA INTRATRAQUEAL	FRASCO AMPOLA	06	R\$	R\$
20	BETAMETASONA, ACETATO + BETAMETASONA, FOSFATO DISSÓDICO - 3 MG + 3 MG/ML IM/INTRA ARTICULAR PERIARTICULAR / INTRABURSICO / INTRADÉRMICO / INTRALESIONAL/ TECIDOS MOLES SUSPENÇÃO INJETÁVEL DE 1 ML	AMPOLA	450	R\$	R\$
21	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4% (84 MG/ML) SOLUÇÃO INJETÁVEL IV 10 ML	AMPOLA	350	R\$	R\$
22	BROMOPRIDA 5 MG/ML IV SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML	AMPOLA	2.650	R\$	R\$
23	BUPIVACAÍNA, CLORIDRATO + GLICOSE - 0,50% (5 MG/ML) + 8% (80 MG/ML) SOLUÇÃO INJETÁVEL PESADA PARA RAQUEANESTESIA, EMBALAGEM ESTERIL (STERILE PACK) ESPECIALMENTE DESENVOLVIDA PARA CENTRO CIRÚRGICO AMPOLA DE 4ML (PRODUTO DE REFERENCIA: NEOCAÍNA PESADA)	AMPOLA	1.000	R\$	R\$
24	BUPIVACAÍNA, CLORIDRATO - SEM VASOCONSTRITOR SOLUÇÃO	FRASCO AMPOLA	100	R\$	R\$

	INJETÁVEL 0,50% DE 20 ML EMBALAGEM ESTERIL (STERILE PACK) ESPECIALMENTE DESENVOLVIDA PARA CENTRO CIRÚRGICO AMPOLA DE 4 ML (PRODUTO PARA REFERENCIA: NEOCAÍNA)				
25	CAPTOPRIL 25 MG VO	COMPRIMIDO	17.750	R\$	R\$
26	CEFALOTINA SÓDICA 1 G IV\IM	FRASCO AMPOLA	1.600	R\$	R\$
27	CEFAZOLINA SÓDICA 1 G IV\IM	FRASCO AMPOLA	3.000	R\$	R\$
28	CEFTRIAXONA DISSÓDICA 1 G IV	FRASCO AMPOLA	1.200	R\$	R\$
29	CETOPROFENO 100 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL IV/IM	AMPOLA	3.100	R\$	R\$
30	CIPROFLOXACINO 2 MG/ML (0,2%) SISTEMA FECHADO BOLSA DE 100 ML	BOLSA	150	R\$	R\$
31	CLINDAMICINA, FOSFATO - SOL. INJ. 150 MG/ML (178,23 MG - 600 MG/4 ML) AMPOLA 4 ML	AMPOLA	300	R\$	R\$
32	CLOPIDOGREL, BISSULFATO DE 75 MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	150	R\$	R\$
33	CLORETO DE POTÁSSIO 150 MG/ML (15%) SOLUÇÃO INJETÁVEL EV 10 ML	AMPOLA	1.100	R\$	R\$
34	CLORETO DE SÓDIO 20% (200 MG/ML) SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	AMPOLA	480	R\$	R\$
35	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO - 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IV/IM 5 ML	AMPOLA	100	R\$	R\$
36	COLAGENASE - 0,6 UI/G 30 G	BISNAGA	1.000	R\$	R\$
37	COLAGENASE, CLORANFENICOL - 0,6 UI/G + 10 MG/G POMADA DERMATOLOGICO 30 G	BISNAGA	3.000	R\$	R\$
38	COMPLEXO VITAMÍNICO B SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML IV/IM	AMPOLA	850	R\$	R\$
39	COMPLEXO VITAMINICO B VIA ORAL CONTENDO NO MÍNIMO RIBOFLAVINA (VITAMINA B2) 1,3 MG; TIAMINA (VITAMINA B1) 1,2 MG; PIRIDOXINA (VITAMINA B6) 1,3 MG; NICOTINAMIDA (VITAMINA B3) 16 MG E ÁCIDO PANTOTÊNICO (VITAMINA B5) 5 MG; NESTAS CONCENTRAÇÕES OU SUPERIORES	COMPRIMIDO	3.000	R\$	R\$
40	DESLANOSIDEO 0,2 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL EV/IM 2 ML	AMPOLA	150	R\$	R\$
41	DEXAMETASONA, FOSFATO DISSÓDICO DE 4 MG/ML IV/IM SOLUÇÃO INJETÁVEL 2,5 ML	AMPOLA	700	R\$	R\$
42	DEXTROCETAMINA, CLORIDRATO DE 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	AMPOLA	200	R\$	R\$
43	DIAZEPAM 5 MG\ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IV 2 ML	AMPOLA	300	R\$	R\$
44	DICLOFENACO SÓDICO 25 MG/ML	AMPOLA	2.000	R\$	R\$

	SOLUÇÃO INJETÁVEL 3 ML				
45	DICLOFENACO SÓDICO 50 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMPRIMIDO	9.000	R\$	R\$
46	DIFENIDRAMINA, CLORIDRATO - 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IV DE 1 ML	AMPOLA	150	R\$	R\$
47	DIMENIDRINATO + PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE 3+5+100+100 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML EV	AMPOLA	1.500	R\$	R\$
48	DIMENIDRINATO + PIRIDOXINA 50+50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML IM	AMPOLA	2.150	R\$	R\$
49	DIMETICONA 40 MG VIA ORAL	COMPRIMIDO	7.500	R\$	R\$
50	DIMETICONA 75 MG/ML EMULSÃO ORAL	MILILITRO	1.300	R\$	R\$
51	DIPIRONA MONOIDRATADA 300 MG + CITRATO DE ORFENADRINA 35 MG + CAFEÍNA ANIDRA 50 MG VIA ORAL	COMPRIMIDO	450	R\$	R\$
52	DIPIRONA SÓDICA - 500 MG	COMPRIMIDO	10.000	R\$	R\$
53	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IV/IM 2 ML	AMPOLA	6.500	R\$	R\$
54	DOBUTAMINA, CLORIDRATO - 250 MG (12,5 MG/ML) SOLUÇÃO INJETÁVEL IV 20 ML	AMPOLA	250	R\$	R\$
55	DOPAMINA, CLORIDRATO - SOLUÇÃO INJETÁVEL 5 MG/ML IV 10 ML	AMPOLA	300	R\$	R\$
56	EFEDRINA, SULFATO - 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IV/IM/SC 1 ML	AMPOLA	1.150		
57	ENOXAPARINA SÓDICA SOLUÇÃO INJETÁVEL - 20 MG/0,2 ML SERINGA PREENCHIDA (SUB CUTÂNEA IGUAL CLEXANE), COM INDICAÇÃO DE USO DURANTE A GRAVIDEZ, SOB ORIENTAÇÃO MÉDICA, COMPROVADO ATRAVÉS DE BULA	SERINGA PREENCHIDA	50		
58	ENOXAPARINA SÓDICA SOLUÇÃO INJETÁVEL - 40 MG/ 0,4 ML SERINGA PREENCHIDA (SUB CUTÂNEA IGUAL CLEXANE), COM INDICAÇÃO DE USO DURANTE A GRAVIDEZ, SOB ORIENTAÇÃO MÉDICA, COMPROVADO ATRAVÉS DE BULA	SERINGA PREENCHIDA	50		
59	EPINEFRINA 1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IM/IV/SC DE 1 ML	AMPOLA	500		
60	ESCINA 10 MG/G + SALICILATO DE DIETILAMÔNIO 50 G/G GEL USO TÓPICO 30 G	BISNAGA	12		
61	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO - 20 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML	AMPOLA	1.000		
62	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO + DIPIRONA - 250 MG + 10 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMPRIMIDO	300		
63	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO + DIPIRONA SÓDICA 4 + 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 5 ML	AMPOLA	3.250		

64	ETILEFRINA, CLORIDRATO - 10 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IV/IM/SC 1 ML	AMPOLA	100		
65	ETOMIDATO 2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	AMPOLA	250		
66	FENITOINA SÓDICA 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IV/IM 5 ML	AMPOLA	350		
67	FENOBARBITAL 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML	AMPOLA	200		
68	FENOTEROL, BROMIDRATO - SOLUÇÃO ORAL/INALATÓRIA 5 MG/ML FRASCO 20 ML	FRASCO	700		
69	FENTANILA, CITRATO - 0,0785 MG (EQUIVALENTE A 0,05 MG/ML DE FENTALINA BASE), SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	AMPOLA	450		
70	FITOMENADIONA 10 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IV/IM 1 ML	AMPOLA	1.150		
71	FLUMAZENIL 0,1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IV 5 ML	AMPOLA	350		
72	FUROSEMIDA 10 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IV/IM 2 ML	AMPOLA	800		
73	GENTAMICINA, SULFATO - 40 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IV/IM/SC 2 ML	AMPOLA	350		
74	GLICEROL - 120 MG/ML SOLUÇÃO RETAL 12% (ENENMA) 500 ML + APLICADORES/SONDAS	FRASCO	100		
75	GLICONATO DE CÁLCIO 100 MG/ML (10%) SOLUÇÃO INJETÁVEL IV 10 ML	AMPOLA	350		
76	GLICOSE 250 MG/ML (25%) SOLUÇÃO INJETÁVEL IV 10 ML	AMPOLA	800		
77	GLICOSE 500 MG/ML (50%) SOLUÇÃO INJETÁVEL IV 20 ML	AMPOLA	1.300		
78	HALOPERIDOL 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML	AMPOLA	250		
79	HEPARINA SÓDICA 5000 UI SOLUÇÃO INJETÁVEL IV/SC 0,25 ML	FRASCO-AMPOLA	2.450		
80	HEPARINA SÓDICA 5000 UI SOLUÇÃO INJETÁVEL IV/SC 5 ML	FRASCO-AMPOLA	100		
81	HIDRALAZINA, CLORIDRATO - 20 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IM/IV/INFUSÃO IV DE 1 ML	AMPOLA	250		
82	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO - 100 MG PÓ INJETÁVEL IV/IM	FRASCO AMPOLA	900		
83	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO - 500 MG PÓ INJETÁVEL IV/IM	FRASCO AMPOLA	900		
84	HIDROXIETILAMIDO 60 MG/ML SOLUÇÃO PARA INFUSÃO IV BOLSA COM SISTEMA FECHADO DE 500 ML	BOLSA	30		
85	IMUNOGLOBULINA HUMANA ANTI-RHO(D) 150 MCG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML	FRASCO AMPOLA OU SERINGAS PREENCHIDAS	450		
86	IPRATROPIO, BROMETO DE - 0,25 MG/ML SOLUÇÃO INALATORIA	FRASCO	680		

87	LANCETA AUTOMÁTICA ESTÉRIL COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA - CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: USO ÚNICO, COM NÚMERO DE LOTE IMPRESSO NO PRODUTO. AGULHA RETRÁTIL ACIONADA POR CONTATO DE 30 G COM 1,5 MM DE PROFUNDIDADE.	UNIDADE	10.000		
88	LEVOMEPROMAZINA, MALEATO 40 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS 20 ML	FRASCO	12		
89	LIDOCAÍNA 10% (100 MG/ML) SPRAY FRASCO 50 ML COM CÂNULA DE APLICAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO EM ANESTESIA DA OROFARINGE NA PREVENÇÃO DE NÁUSEAS E VÔMITOS DURANTE INSTRUMENTAÇÃO (ESTA INDICAÇÃO DEVERÁ SER COMPROVADA ATRAVÉS DE BULA A QUAL DEVERÁ SER APRESENTADA JUNTO COM O REGISTRO DO MEDICAMENTO)	FRASCO	10		
90	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO - 20 MG/G GELÉIA TÓPICO 30 G	BISNAGA	2.100		
91	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO - 20 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 20 ML	AMPOLA	800		
92	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO + VASO CONSTRICTOR 20 MG/ML (2%) SOLUÇÃO INJETÁVEL 20 ML	AMPOLA	200		
93	MAGNÉSIO, SULFATO - 10% (10 MG/ML) SOLUÇÃO INJETÁVEL IV/IM 10 ML	AMPOLA	400		
94	MAGNÉSIO, SULFATO - 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IV/IM 10 ML	AMPOLAS	400		
95	METARAMINOL, HEMITARTARATO - 10 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IM/IV 1 ML	AMPOLA	100		
96	METILERGOMETRINA, MALEATO - 0,2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IM/IV 1 ML	AMPOLA	500		
97	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO - 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IV/IM 2 ML	AMPOLA	800		
98	METRONIDAZOL 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IV - BOLSA DE SISTEMA FECHADO 100 ML	BOLSA	450		
99	MIDAZOLAM 5 MG/ML (1 MG/ML) SOLUÇÃO INJETÁVEL IV/IM 5 ML	AMPOLA	1.300		
100	MIDAZOLAM, CLORIDRATO DE - 50 MG\ 10 ML (5 MG\ML) SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 10 ML	AMPOLA	200		
101	MISOPROSTOL 200 MCG VIA VAGINAL	COMPRIMIDO VAGINAL	400		
102	MISOPROSTOL 25 MCG VIA VAGINAL	COMPRIMIDO VAGINAL	150		
103	MORFINA, SULFATO - 0,1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IV / INTRATECAL/PERIDURAL 1 ML	AMPOLA	1.000		

	EMBALAGEM ESTÉRIL SEM CONSERVANTES ESTOJOS ESTERELIZADOS ESPECIALMENTE DESENVOLVIDOS PARA CENTRO CIRÚRGICO				
104	MORFINA, SULFATO DE - 0,1 MG/ML IV/IM SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML	AMPOLA	250		
105	NALBUFINA, CLORIDRATO - 10 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IM/IV/SC AMPOLAS DE 1 ML	AMPOLA	150		
106	NALOXONA, CLORIDRATO - 0,4 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IM/IV/SC AMPOLAS DE 1 ML	AMPOLA	150		
107	NEOSTIGMINA, METILSULFATO - 0,5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IV/IM/SC 1 ML	AMPOLA	100		
108	NITROPRUSSETO DE SÓDIO SOLUÇÃO INJETÁVEL 25 MG/ML IV 2 ML	AMPOLA	12		
109	OCITOCINA 5 UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL USO IV/IM AMPOLA DE 1 ML	AMPOLA	9.600		
110	OMEPRAZOL 40 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL + DILUENTE	FRASCO AMPOLA	1.500		
111	ONDANSETRONA, CLORIDRATO - 2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IV/IM 2 ML	AMPOLA	1.100		
112	OXACILINA SÓDICA 500 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL USO IM/IV	FRASCO AMPOLA	200		
113	PANCURÔNIO, BROMETO - 2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML	AMPOLA	200		
114	PARACETAMOL + FOSFATO DE CODEÍNA - 500 MG + 30 MG VIA ORAL	COMPRIMIDO	400		
115	PETIDINA, CLORIDRATO - 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IV/IM/SC 2 ML	AMPOLA	200		
116	PINDOLOL 10 MG VIA ORAL	COMPRIMIDO	60		
117	PROMETAZINA, CLORIDRATO - 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML	AMPOLA	700		
118	PROPOFOL 10 MG/ML EMULSÃO INJETÁVEL IV 20 ML	FRASCO AMPOLA	400		
119	PROTETOR SOLAR FPS 60 120 ML	FRASCO	1.320		
120	RANITIDINA, CLORIDRATO - 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IV/IM 2 ML	AMPOLA	1.500		
121	RETINOL + AMINOÁCIDOS + METIONINA + CLORANFENICOL - 10.000UI + 25 MG/G + 5 MG/G + 5 MG/G POMADA OFTÁLMICA ESTÉRIL 3,5 G	BISNAGA	5		
122	RETINOL + COLECALCIFEROL + ÓXIDO DE ZINCO - 5000 UI/G + 900UI/G + 150 MG/G POMADA DERMATOLÓGICA 45 G	TUBO	12		
123	ROCURÔNIO, BROMETO - 50 MG (10 MG/ML) SOLUÇÃO INJETÁVEL IV 5 ML	FRASCO AMPOLA	100		
124	SACARATO DE HIDRÓXIDO	AMPOLA	100		

	FÉRRICO 20 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IV 5 ML				
125	SEVOFLURANO 1 ML/ML SOLUÇÃO INALATÓRIO 250 ML	FRASCO	2		
126	SULFADIAZINA DE PRATA 10 MG/GR PASTA 400 GR	POTE	550		
127	SUXAMETÔNIO, CLORETO - 100 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL IV/IM 10 ML	FRASCO AMPOLA	900		
128	TERBUTALINA, SULFATO - 0,5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL INFUSÃO EV/SC 1 ML	AMPOLA	2.200		
129	TRAMADOL, CLORIDRATO - 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IV/IM 1 ML	AMPOLA	1.000		
130	TRICLOSANA + MENTOL + BENZOCAÍNA - 4,5% + 0,5% + 0,5% AEROSOL TÓPICO 43 G (PRODUTO DE REFERÊNCIA ANDOLBA)	FRASCO	20		
131	VITELINATO DE PRATA 100 MG/ML (10%) SOLUÇÃO OFTÁLMICA ESTÉRIL 5 ML	FRASCO	12		

2.2. O custo estimado da presente contratação foi apurado pela Coordenação da Farmácia Municipal “Dr. José Paschoal”, em consulta ao Painel de Preços do Governo Federal, e em pesquisa prévia de preços de mercado junto a sites e empresas especializadas do ramo, fundamentado em orçamentos acostados aos autos, conforme preceitua a Lei nº 8.666/1993 e o Acórdão Consulta nº 00032/2017 do TCM-GO.

2.3. Consoante o valor unitário e valor global demonstrados no Mapa de Apuração de Preços anexados aos autos, considerando a média aritmética de preços de cada item, o custo **MÁXIMO ACEITÁVEL** para a contratação é de **R\$ XXXXX (xxxxxxxxxxxxx)**.

3. O PROCEDIMENTO SE DARÁ PELA AMPLA CONCORRÊNCIA

3.1. **O Fundo Municipal de Saúde de Catalão-GO, decide pela não adoção das cotas, juridicamente embasado pela Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, o Decreto Federal nº 8.538/2015 e a Instrução Normativa do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás nº 00008/2016, demonstrando-se nos autos que o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte, por meio da aplicação das cotas exclusiva e reservada para microempresas e empresas de pequeno porte não é capaz de alcançar os objetivos previstos, não sendo vantajoso para o Fundo Municipal de Saúde de Catalão.**

3.2. **Não obstante a decisão acima apresentada, será aplicado o tratamento favorecido**

(direito ao desempate e prazo especial para a regularização fiscal) às entidades de menor porte, caso essas apresentem propostas iguais ou de até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada e apresentada por entidade de médio ou grande porte.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS ITENS

4.1. Os medicamentos devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado: forma farmacêutica, concentração, condições de conservação, etc.

4.2. Todos os medicamentos, nacionais ou importados, devem constar nos rótulos e bulas todas as informações em língua portuguesa, tais como: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nome genérico e concentração de acordo com a Legislação Sanitária e nos termos do art. 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.

4.3. Os medicamentos devem ser entregues na embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela ANVISA.

4.4. No caso de medicamentos acondicionados em bisnagas, estas deverão apresentar lacre de bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

4.5. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do medicamento. Os medicamentos deverão ser entregues com prazo equivalente a no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade, contados da data de fabricação. Exemplo: se o medicamento possui validade de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de fabricação, quando da entrega deverá possuir, no mínimo, 18 (dezoito) meses.

5. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, DA DIVULGAÇÃO DO PREÇO MÉDIO ORÇADO E DO PREÇO MÁXIMO ACEITÁVEL

5.1. O critério de julgamento das proposta será o de **Menor Preço por Item**.

5.2. Por ser facultativa, no caso de Pregão, a divulgação do valor orçado e do preço máximo, em benefício a eficiência administrativa e seguindo orientação recente do Tribunal de Contas da União – Acórdão nº 903/19, o **Fundo Municipal de Saúde de Catalão-GO**, decidiu pela não divulgação, em edital, do critério de aceitabilidade de preços.

5.3. A CMED (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos), ao regular o mercado de medicamentos e estabelecer critérios para a definição e o ajuste de preços, estabelece alguns referenciais, como o Preço de Fábrica – PF, o Preço Máximo ao Consumidor – PMC e o Coeficiente de Adequação de Preço – CAP (Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/listas-de-precos>).

5.4. O Preço de Fábrica ou Preço Fabricante é o teto de preço pelo qual um laboratório ou distribuidor de medicamentos pode comercializar, no mercado brasileiro, um medicamento. Portanto, o PF é o preço máximo permitido para a venda de medicamentos destinados a farmácias, drogarias e entes da Administração Pública, quando não for aplicável o CAP.

5.5. Conforme a Orientação Interpretativa CMED 2/2006, a empresa produtora de medicamentos tem a opção de incorrer em todos os custos da comercialização, ao realizar a venda direta ao setor varejista, ou conceder um desconto em seu preço, para que a empresa distribuidora possa cobrir os custos advindos da distribuição do medicamento ao setor varejista.

5.6. Desta forma, de qualquer maneira, em ambas as situações, tanto para o laboratório como para a empresa distribuidora, o preço máximo a ser praticado na comercialização do medicamento não deve ultrapassar o PF.

5.7. O PMC (Preço Máximo ao Consumidor) é o preço máximo a ser praticado pelo comércio varejista de medicamentos (farmácias e drogarias) em vendas ao consumidor, tendo em vista que este contempla tanto a margem de lucro como os impostos referentes a esses tipos de comércio. É obtido por meio da divisão do PF por fatores publicados pela CMED, observadas as cargas tributárias do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, praticadas no estado de destino, e a incidência da contribuição para o PIS/Pasep e para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins (Resolução CMED 1/2018).

5.8. Já o CAP é um desconto mínimo obrigatório a ser aplicado, pelos laboratórios, pelos distribuidores, pelos representantes, pelas farmácias e pelas drogarias, aos preços de determinados medicamentos vendidos a entes da Administração Pública. A Resolução CMED 3/2011, em seu art. 2º, define os medicamentos em que o CAP é aplicado. Destaque-se que, no caso de medicamentos comprados por força de decisão judicial, o desconto CAP é sempre aplicado, independentemente de o medicamento constar na relação da CMED. Ao se aplicar o desconto CAP sob o PF, obtém-se o Preço Máximo de Venda ao Governo – PMVG: $PMVG = PF * (1 - CAP)$. O valor do CAP é atualizado anualmente.

5.9. Assim, qualquer pessoa jurídica (distribuidora, empresa produtora de medicamento,

representante, posto de medicamento, unidade volante, farmácia e drogaria) que venda medicamentos aos entes da Administração Pública é obrigada a aplicar o CAP, nos casos determinados pela legislação. O descumprimento da aplicação do CAP sujeita o infrator a sanções, sendo que as empresas produtoras de medicamentos responderão solidariamente com as distribuidoras pelas infrações por estas cometidas (art. 7º da Resolução CMED 3/2011).

5.10. Por sua vez, consoante o Convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz ICMS 87/2002, operações realizadas com os fármacos listados nesse convênio destinados a órgão da Administração Pública Direta e Indireta Federal, Estadual e Municipal e as suas fundações públicas são isentas do ICMS. Portanto, para determinados medicamentos, além do desconto CAP, há a desoneração do ICMS.

5.11. Ressalte-se que, nos casos em que não é aplicado o CAP, nos fornecimentos para órgãos públicos por meio de licitações ou não, o distribuidor é obrigado a vender os medicamentos tendo como referencial máximo o preço do fabricante (Orientação Interpretativa da CMED 2/2006).

5.12. É importante destacar que o PMVG ou PF, conforme o caso, representa o teto de preços a ser aplicado nas compras públicas, a partir do qual o gestor deve negociar o preço.

5.13. Após a narrativa explicativa sobre os preços referenciais apresentados nas tabelas da CMED, importante destacar que tais preços não são elaborados para refletir os valores de mercado, mas, sim, com o objetivo de regular os preços de medicamentos no Brasil.

5.14. Sendo assim, frisamos que o valor máximo das aquisições de medicamentos deve obedecer aos critérios da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, sem prejuízo da aplicação do Coeficiente de Aquisição de Preços e da Desoneração do ICMS, quando for o caso, devendo ser utilizadas as referências do orçamento básico da licitação realizado por meio de consulta ao Painel de Preços do Governo Federal, e pesquisa prévia de valores de mercado junto a empresas especializadas do ramo, quando estas forem inferiores aos limites máximos fixados pela mencionada Câmara, tendo por fim a adequação da estimativa de preços aos praticados no mercado.

6. DA FORMA DE ADJUDICAÇÃO

6.1. A adjudicação será realizada **POR ITEM**.

7. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

7.1. O Fundo Municipal de Saúde de Catalão-GO, com a finalidade de garantir a execução dos eventos significativos que acontecem no âmbito de suas atribuições, levando em consideração a natureza da demanda institucional, necessita da aquisição de medicamentos hospitalares visando ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, no âmbito da Atenção Básica, destinados ao abastecimento e manutenção da Unidade Básica de Saúde “João Moreira de Castro”, Unidade Básica de Saúde “Américo Machado”, Unidade Básica de Saúde “José Rodrigues da Cruz”, Centro Integrado da Mulher – CIM, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192 e Hospital Materno Infantil “Dr. Willian Safatle”.

7.2. Tais medicamentos compõem a RENAME - Relação Nacional de Medicamentos Essenciais, segundo as diretrizes do art. 27 do Decreto Federal 7.508/2011 e a REMUME - Relação Municipal de Medicamentos Essenciais. Estas listas são elaboradas atendendo aos princípios fundamentais do SUS, isto é, a universalidade, a equidade e a integralidade, configurando-se como a relação dos medicamentos disponibilizados por meio de políticas públicas e indicados para os tratamentos das doenças e agravos que acometem a população brasileira. Seus fundamentos estão estabelecidos em atos normativos pactuados entre as três esferas de gestão do SUS.

7.3. Obedecendo aos princípios legais estabelecidos como responsabilidade do gestor Municipal com o intuito de garantir que a população sob sua responsabilidade tenha acesso aos medicamentos e insumos da Assistência Farmacêutica no âmbito da atenção básica em saúde e aqueles relacionados a agravos e programas de saúde específicos, no âmbito da atenção primária, e aos serviços especializados, visto ser responsabilidade do mesmo desenvolver o processo de planejamento, contemplando suas fases: programação, monitoramento e avaliação das ações de saúde local, de modo a atender às necessidades da população de seu município com eficiência e efetividade inclusive na assistência farmacêutica, como o que está expresso na Constituição Federal de 1988, na Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990), na Lei nº 8.142/1990, na Política Nacional de Atenção Básica em Saúde (Portaria GM/MS nº 648 de 28/03/2006), na Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, na Portaria GM/MS nº 3.237/2007 e no Pacto pela Saúde articulado pelas Portarias GM/MS nº 399 de 22/02/2006 e nº 699 de 30/03/2006.

8. DEMONSTRAÇÃO DA NECESSIDADE DE QUANTIDADES ESTIMADAS

8.1. A quantidade dos medicamentos especificados neste Termo é apenas uma estimativa de consumo para os próximos 12 (doze) meses, considerando o consumo na unidade no último ano (2019), o saldo em estoque, bem como a movimentação das saídas de medicamentos registrados no sistema informatizado adotado no município.

8.2. O sistema utilizado chama-se Hórus (Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica) e consiste em um sistema de informação web, disponibilizado aos estados, Distrito Federal, municípios e Distritos Sanitários Especiais indígenas (Dsei) pelo Ministério da Saúde, em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), para a gestão da Assistência Farmacêutica. Ele foi desenvolvido em 2009 pelo Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos (DAF/SCTIE), em cooperação com o Departamento de Informática do SUS (DATASUS/SGEP) e a Secretaria Municipal de Saúde de Recife (SMS/PE).

8.3. Portanto, as quantidades foram estimadas para atender as necessidades rotineiras e essenciais ao funcionamento adequado das Unidades descritas no subtópico 7.1 deste, não estando o Município obrigado à contratação de quantidades mínimas ou máximas.

9. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

9.1. Os medicamentos a serem adquiridos possuem padrão de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, enquadrando-se na classificação de bens e serviços comuns, nos termos do art. 1º, parágrafo único da Lei nº 10.520/2002, sendo possível a realização do procedimento na modalidade Pregão Presencial.

10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DAS LICITANTES E CONDIÇÃO ESPECÍFICA DA PROPOSTA

10.1. Para fins de comprovação da capacidade técnica as licitantes deverão apresentar as seguintes documentações:

10.1.1. **Autorização de Funcionamento Específica (AFE)**, expedida pela ANVISA, conforme exigido pela Lei Federal nº 6.360/1976, Decreto Federal nº 8.077/2013, Lei Federal nº 9.782/1999 e Portaria Federal nº 2.814/1998;

10.1.2. **Certificado, Declaração ou Alvará Sanitário (Licença Sanitária)**, expedido

pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, conforme exigido pela Lei Federal nº 6.360/1976, Decreto Federal nº 8.077/2013 e Portaria Federal nº 2.814/1998, dentro do prazo de validade, demonstrando que a empresa está funcionando regularmente e apta para a comercialização dos medicamentos pertinentes ao objeto da licitação;

10.1.3. Atestado de Capacidade Técnica, que comprove a aptidão do licitante para o fornecimento de medicamentos em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

10.2. Condição específica da Proposta:

10.2.1. Como condição específica da Proposta será exigido das licitantes a apresentação do Certificado de Registro, emitido pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, vinculada ao Ministério da Saúde, ou cópia da publicação no "Diário oficial da União" com despacho da concessão de registro, referente a cada medicamento ofertado, ou Declaração de Isenção de Registro, segundo descritivos, conforme Resolução-RDC nº 185/2001;

10.2.1.1. Caso o medicamento seja dispensado de registro o fornecedor deverá apresentar o comunicado de início de fabricação no órgão sanitário competente (Resolução-RDC – ANVISA nº 23/2000).

11. DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1. O recebimento dos medicamentos será realizado por servidor competente e a fiscalização pelo cumprimento das normas referentes aos medicamentos entregues (quantidades, marca, características, respeito de prazos, enfim, previsões contidas neste Termo e no Edital de Convocação) de inteira responsabilidade do Fiscal indicado mediante Portaria oportunamente anexada aos autos, devendo ser retirados aos poucos, de forma parcelada e contínua, pelo sistema de requisição, através de Ordens de Fornecimentos sempre de acordo com a necessidade do órgão solicitante, devendo ser entregues, as expensas da Contratada, no endereço indicado no subtópico 11.4 abaixo, no prazo **MÁXIMO DE ATÉ 10 (DEZ) DIAS**, contados da solicitação formal.

11.2. Os prazos serão contados a partir da requisição escrita, realizada por órgão competente do Contratante, à medida da sua necessidade.

11.3. Os pedidos de fornecimento serão realizados de acordo com a necessidade do Fundo Municipal de Saúde de Catalão-GO, mediante a emissão de Ordem de Fornecimento emitida por autoridade competente do Contratante, que deverá constar a especificação dos medicamentos, quantidade, marca e assinatura do servidor responsável pela sua emissão.

11.4. Os medicamentos deverão ser entregues na Farmácia Municipal “Dr. José Paschoal”, localizada na Av. Farid Miguel Safatle nº 580 – Setor Central, Catalão - GO, CEP. 75.701-040, de segunda a sexta feira, no horário de expediente, compreendido das 08h as 16h.

11.5. Os medicamentos deverão ser entregues dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste Termo de Referência, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação pertinente, inclusive quanto a embalagem, que deverão conter todas as informações exigíveis, nos termos da Resolução-RDC nº 71/2009 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, e adotar todas as medidas preventivas no sentido de se minimizar acidentes ou danos que venham a comprometer a qualidade e a quantidade fornecida.

11.6. Os medicamentos deverão possuir, no ato da entrega, validade remanescente de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total apresentado na embalagem.

11.7. Os medicamentos deverão ser entregues, as expensas da Contratada, nas quantidades solicitadas e nos locais indicados nas Ordens de Fornecimentos, na sede do Contratante.

11.8. No caso de entrega em quantidade inferior à solicitada, a Contratada deverá, em até no máximo **24 (vinte e quatro) horas**, responsabilizar-se pela sua complementação.

11.9. Os medicamentos serão recebidos:

11.9.1. PROVISORIAMENTE, a partir da entrega, para fins de verificação da conformidade dos mesmos com as especificações solicitadas;

11.9.2. DEFINITIVAMENTE, após a verificação da conformidade com as especificações solicitadas, inclusive quanto as especificações deste Termo e da Proposta, e aferição da qualidade e quantidade.

11.10. Ocorrendo a rejeição dos medicamentos, no todo ou em parte, o fornecedor deverá substituí-los no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, se estes apresentarem defeito de fabricação ou divergência relativa ao padrão e norma brasileira vigente ou às especificações constantes deste Termo e do instrumento convocatório, independentemente da quantidade rejeitada, observando as condições estabelecidas para o fornecimento, sob pena de lhe serem aplicadas às sanções administrativas estabelecidas pelas Leis Federais nº 10.520/2002 e 8.666/1993 e suas alterações;

11.10.1. Após o 5º (quinto) dia de atraso, os medicamentos poderão, a critério do Contratante, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução total do contrato, com as consequências previstas em lei e neste Termo de Referência.

11.11. A Contratada deverá verificar junto aos seus fornecedores/fabricantes dos medicamentos ofertados, a disponibilidade e prazos de entrega dos mesmos, não podendo alegar, a posteriori, problemas de fornecimento e/ou impossibilidade de aquisição como motivos que justifiquem atrasos no fornecimento.

11.12. Fica expressamente proibido o fornecimento dos medicamentos objeto desta licitação para órgãos não pertencentes ou vinculados ao Contratante.

11.13. Fica vedado o substabelecimento do fornecimento contratado, salvo em situações justificadas e aprovadas pelo Contratante. Neste caso, a Empresa indicada deverá atender todas as condições exigidas no contrato e a nota fiscal deverá ser emitida pela Contratada e não pela substabelecida.

12. JUSTIFICATIVA DA ADOÇÃO DO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO E PRAZO DE DURAÇÃO/VIGÊNCIA DA ATA

12.1. A adoção do uso do Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme previsto no art. 3º do Decreto 7.892/2013 e Decreto 9.488/2018, possibilita a Administração registrar o preço do item, para que, de acordo com suas necessidades, solicite ao fornecedor cadastrado e vencedor do medicamento específico, a entrega somente na quantidade efetivamente necessária, evitando assim, desperdícios e prejuízos ao erário público por compras em quantidades excessivas e desnecessárias, uma vez que, pela natureza do objeto, haverá a necessidade de contratações frequentes, conforme a disponibilidade orçamentária da instituição e necessidade de atendimento da demanda existente, não sendo possível definir previamente e com exatidão o quantitativo a ser demandado pela Administração.

12.2. A Ata de Registro de Preços poderá ser aderida por quaisquer órgãos ou entidades do Município de Catalão, que não tenham participado do certame licitatório, ora denominados **ÓRGÃOS ADERENTES**.

12.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.1. São obrigações do Contratante:

13.1.1. Receber os medicamentos nos prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

13.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos medicamentos recebidos com as especificações constantes neste Termo de Referência da Proposta vencedora, para fins de aceitação e recebimento dos mesmos;

13.1.3. Rejeitar, no todo ou em parte, o medicamento que a Contratada entregar fora das especificações deste Termo de Referência, da Proposta de Preços e do prazo de validade;

13.1.4. Se necessário, paralisar ou suspender a qualquer tempo a entrega dos medicamentos de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo das entregas efetuadas;

13.1.5. Comunicar à Contratada, por escrito, todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento contratado, bem como sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos medicamentos fornecidos, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

13.1.6. Acompanhar e fiscalizar, por servidor previamente designado, a execução do contrato, o fornecimento, a qualificação e aferição dos medicamentos;

13.1.7. Efetuar os pagamentos à Contratada no valor correspondente as parcelas de compras dos medicamentos efetivamente entregues, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

13.1.8. Descontar dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigado pela legislação vigente, fazendo o recolhimento das parcelas retidas nos prazos legais;

13.1.9. O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. São obrigações da Contratada:

14.1.1. A Contratada deverá fornecer medicamentos da linha normal de produção, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor e legislação

pertinente;

14.1.2. Ainda, devem ser fornecidos em embalagem original e lacrada, contendo a indicação de marca e dados do laboratório, como: razão social, CNPJ e endereço, trazendo impressa a indicação quantitativa, qualitativa, número de lote, data de fabricação e data de validade;

14.1.3. Atender rigorosamente de acordo com as especificações e quantitativos solicitados (MG, FRC, FR/AMPOLA, CÁPS, COMP., CX, LT e outros);

14.1.4. Entregar os medicamentos contratados rigorosamente conforme as especificações, exigências e condições estabelecidas neste Termo de Referência e na Proposta de Preços da Contratada, na Farmácia Municipal “Dr. José Paschoal”, localizada na Av. Farid Miguel Safatle nº 580 – Setor Central, Catalão-GO, CEP. 75.701-040, de segunda a sexta feira, no horário de expediente, compreendido das 08h as 16h;

14.1.5. Transportar os medicamentos em veículo apropriado, garantindo a conservação e a qualidade dos mesmos, obedecido as normas vigentes;

14.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do bem, de acordo com os arts. 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990). O dever previsto nesta alínea implica na obrigação de, a critério do Contratante, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, o medicamento com avarias ou defeitos;

14.1.7. Submeter ao Contratante os medicamentos fornecidos, à qual caberá o direito de recusa, caso não estejam de acordo com o especificado neste Termo e na Proposta de Preços da Contratada, sendo que a inobservância destas condições implicará em recusa formal, estando sujeita às penalidades previstas neste Termo de Referência e na legislação pertinente em vigor, sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da inadimplente;

14.1.8. Fornecer, às suas expensas, os medicamentos que vierem a ser recusados, sendo que o ato de seu recebimento não importará a sua aceitação, que conforme sua natureza, somente se consumará com o aceite do Contratante. O Contratante terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para o novo fornecimento dos medicamentos que vierem a ser recusados. Caso esse prazo revele-se insuficiente, por razões diversas, caberá à Contratada solicitar um prazo maior, justificando formalmente o motivo da dilação de prazo;

14.1.9. Alertar seus empregados acerca da boa conduta, principalmente no tocante à disciplina e discrição da entrega dos medicamentos;

14.1.10. Não transferir por qualquer forma, os direitos e obrigações que o contrato lhe

atribui, sem prévia e expressa anuência do Contratante;

14.1.11. Não se pronunciar em nome do Contratante, inclusive junto a órgãos de imprensa, sobre quaisquer assuntos relativos à atividade do mesma, guardando sigilo absoluto quanto a quaisquer informações obtidas do Contratante em decorrência da execução do contrato, bem como não divulgar ou reproduzir quaisquer documentos, instrumentos normativos e materiais encaminhados pelo Contratante;

14.1.12. Não utilizar o nome do Contratante, ou sua qualidade de fornecedor de medicamentos para o mesmo, em qualquer forma de divulgação de suas atividades, tais como: cartões de visita, anúncios, impressos ou qualquer outro tipo de propaganda;

14.1.13. Ressarcir toda e qualquer quantia que for efetivamente paga pelo Contratante, constatado que em decorrência de ato ou fato culposos e/ou dolosos dos prestadores de serviços e/ou empregados da Contratada;

14.1.14. Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os medicamentos objeto do contrato. Fica, desde logo, convencionado que o Contratante poderá descontar, de qualquer crédito da Contratada, a importância correspondente a eventuais pagamentos dessa natureza, que venha a efetuar por imposição legal;

14.1.15. O Contratante poderá, a qualquer tempo, solicitar a cópia de todo e qualquer documento que ateste a regularidade da Contratada;

14.1.16. Cumprir todas as leis e instrumentos normativos reguladores da sua atividade empresarial, bem como satisfazer, às suas expensas, todas e quaisquer exigências legais decorrentes da execução do contrato;

14.1.17. A Contratada é, para todos os fins e efeitos jurídicos, única e exclusiva responsável por seus empregados ou prestadores de serviços, afastado o Contratante, em todas as hipóteses, de qualquer responsabilidade fiscal, trabalhista, comercial, civil, penal, administrativa e previdenciária que incidam sobre o contrato firmado pela Contratada;

14.1.18. A Contratada assume inteira responsabilidade por todos e quaisquer danos provocados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de atos comissivos e omissivos, praticados por seus sócios, associados, integrantes não sócios, empregados, representantes e prestadores de serviços, por culpa, dolo, negligência ou imprudência, procedendo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da comprovação de sua responsabilidade, o ressarcimento ou indenizações cabíveis a preços atualizados. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, o Contratante reserva-se o direito de descontar dos pagamentos devidos

o valor do ressarcimento, sem prejuízo de outras sanções legalmente previstas;

14.1.19. Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo bom comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados e, ainda, por quaisquer prejuízos que estes venham a causar ao Contratante ou a terceiros na execução do contrato;

14.1.20. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho de que venham a ser vítimas seus empregados ou colaboradores, na execução do contrato;

14.1.21. Credenciar, junto ao Contratante, um representante para prestar esclarecimentos e atender a todas as solicitações necessárias para boa execução do contrato;

14.1.22. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo Contratante, atendendo prontamente todas as reclamações;

14.1.23. Cumprir as orientações do Fiscal e do Gestor do Contrato;

14.1.24. Substituir qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios na execução do contrato;

14.1.25. Observar ou fazer observar, por parte de seus empregados, as normas disciplinares determinadas pelo Contratante, bem como quanto a permanência e circulação de seus empregados nos prédios e órgãos públicos;

14.1.26. Comunicar, por escrito, ao Contratante, imediatamente após o fato, toda e qualquer irregularidade ou anormalidade verificada no decorrer da execução do contrato;

14.1.27. Informar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega dos medicamentos, os motivos que impossibilitem o cumprimento do fornecimento no prazo previsto, com a devida comprovação;

14.1.28. Caso a Contratada não tenha condições operacionais de fornecer os medicamentos conforme solicitado pelo órgão responsável do Contratante, deverá arcar com o referido fornecimento, sob suas expensas e mantendo o valor de sua proposta, mesmo que tenha que subempreitar a outro estabelecimento;

14.1.29. Comunicar ao Contratante, imediatamente, caso fortuito ou de força maior, fato de terceiro, fato do príncipe ou fato da administração, que eventualmente venha a prejudicar o adimplemento de suas obrigações, apresentando documentos comprobatórios em até 05 (cinco) dias consecutivos, a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não ser considerado para afastamento ou redução da responsabilidade civil e administrativa;

14.1.30. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

14.1.31. Implantar as medidas corretivas exigidas pela fiscalização do contrato, não

atrasando ou negligenciando a sua execução;

14.1.32. Não dar causa, por culpa ou dolo, à rescisão contratual;

14.1.33. Não caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do Contratante;

14.1.34. Cumprir, além das normas legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

14.1.35. Emitir nota fiscal de venda, destacando no campo descrição, o número da nota de empenho ou da ordem de fornecimento a que se refere, o número do contrato, o valor dos medicamentos fornecidos, o domicílio bancário do fornecedor (nome do banco, nome e número da agência e da conta corrente/poupança) e os valores de retenção dos tributos federais, quando for o caso;

14.1.36. Comunicar imediatamente ao Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, dados cadastrais e bancários, representantes, sócios e outros julgáveis pertinentes e necessários à boa execução do contrato;

14.1.37. Aceitar, nos termos do art. 65 § 1º, da Lei 8.666/1993, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

15. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1. Os pagamentos serão efetuados através de transferência eletrônica e/ou ordem de pagamento/cheque nominal, conforme legislação vigente, mediante apresentação de Notas Fiscais devidamente atestadas pelo Setor competente, sem rasuras, informando o quantitativo entregue.

15.2. Os pagamentos serão efetuados em **ATÉ 30 (TRINTA) DIAS**, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento e não haja fator impeditivo provocado pela Contratada, referente a entrega efetiva de cada parcela de compra.

15.3. As Notas Fiscais Eletrônicas deverão ser emitidas em acordo com o estabelecido Na Ata/Ccontrato.

15.4. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do **Fundo Municipal de Saúde de Catalão-GO**, CNPJ nº 03.532.661/0001-56, com sede administrativa às margens da BR-050, Km 278 (prédio do antigo DNIT) – Setor São Francisco, Catalão-GO, CEP. 75.707-270.

15.5. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas de comprovante de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada e de regularidades perante a Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e à Justiça do Trabalho (CNDT), mediante respectivas certidões negativas.

16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1. A Ata/Contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor designado pelo Contratante, permitida a assistência de terceiros, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata/Contrato, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados para o fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas (art. 67, parágrafos 1º e 2º da Lei 8.666/1993).

16.2. O Fiscal da Ata/Contrato deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do fornecimento, observando durante a sua vigência se as obrigações assumidas pela Contratada estão sendo cumpridas.

16.3. A fiscalização por parte do órgão responsável não eximirá a Contratada das responsabilidades previstas no Código Civil, por danos ou qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, que vier a causar ao Contratante ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus funcionários na execução da Ata/Contrato, e, na ocorrência destes, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

16.4. A verificação da adequação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.5. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666/1993.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 10.520/2002, a Contratada que:

a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da

contratação;

b) ensejar o retardamento da execução do objeto;

c) fraudar na execução da Ata/Contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo;

e) cometer fraude fiscal;

f) não manter a proposta.

17.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no tópico acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante;

17.2.2. Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

17.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata/Contrato, no caso de inexecução total do objeto;

17.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do tópico acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

17.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

17.2.6. Impedimento de licitar e contratar com o Município de Catalão, por meio de seus órgãos da Administração Pública Direta e de suas entidades da Administração Pública Indireta;

17.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Contratante pelos prejuízos causados.

17.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666/1993, as empresas que:

17.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993.

17.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18. FRAUDE E CORRUPÇÃO

18.1. As licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e o fornecimento do objeto, responsabilizando-se pela veracidade das informações e documentações apresentadas no processo, estando sujeitos às sanções previstas na legislação brasileira.

19. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

19.1. Consoante disposição do art. 45 da Lei nº 9.784/1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

Catalão, 19 de junho de 2020.

Solicitado por:

Fabício Gonçalves dos Santos
Coordenador da Farmácia Municipal

Elaborado por:

Carlos Estevão Galvão
Mat. nº 102239